



Comunicação, Teoria Política e Estudos Contemporâneos sobre Gênero: uma abordagem da situação das trabalhadoras rurais mobilizadas na luta pela cidadania em Rondônia¹

Lilian Reichert Coelho²
Universidade Federal de Rondônia, Vilhena, RO

RESUMO

Este paper apresenta resultados parciais referentes a projeto de pesquisa em andamento intitulado Geografias da Comunicação, Discurso e Estudos de Gênero: a representação midiática e as imagens de si de mulheres no Território de Cidadania Central/Ji-Paraná, Estado de Rondônia, financiado pelo CNPq e desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Gêneros, Discursos e Comunicação na Amazônia Ocidental (HIBISCUS), vinculado ao Departamento de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia, *campus* Vilhena. Os dados apresentados foram coletados em pesquisa empírica – após discussão teórica dos múltiplos vieses implicados –, por meio de questionários e observação participante junto a representantes das Secretarias de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Estado de Rondônia. O tema centrou-se na (sub)representação midiática das mulheres mobilizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Estudos de Gênero; mulheres; cidadania; Rondônia.

Parte da região denominada Amazônia Sul Ocidental Brasileira, composta pelos Estados do Acre e de Rondônia e pelo sul do Amazonas (cf. LIMA, 2009), o estado de Rondônia foi criado em 22 de dezembro de 1981, mas instalado oficialmente a 04 de janeiro de 1982, devido à pressão exercida por meio de campanhas para a elevação do ex-Território Federal do Guaporé (composto pelo que hoje são os estados de Rondônia e Acre) à categoria de unidade(s) federativa(s) (cf. MELO, 2009, p. 25). Dentre outros fatores, contribuiu fortemente para isso, nas décadas de 1970 e 1980, o intenso fluxo migratório para o antigo território, responsável pela configuração atual. Devido à localização estratégica da Amazônia e das fronteiras transnacionais nessa porção do território, o governo federal, pretensamente temendo invasões estrangeiras, realizou uma série de campanhas para povoar a região, doando terras a agricultores.

¹ Trabalho apresentado no DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 17 a 19 de maio de 2012.

² Professora Adjunta I e Pesquisadora do Departamento de Comunicação Social/Jornalismo da UNIR/Vilhena, email: lilian.reichert@pq.cnpq.br



O governo federal, visando diminuir os problemas externos a região e com argumento de “integrar para não entregar”, resolveu promover a colonização das terras do Território Federal de Rondônia. Foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, autarquia federal, criado em 9 de junho de 1970, o executor do grande desenvolvimento regional. (...) Nesse período, foi deflagrada uma campanha publicitária nas regiões Sul e Sudeste do país (*Rondônia, o Novo Eldorado*), o que gerou um considerável fluxo migratório com destino ao então Território Federal de Rondônia, forçando o Instituto Federal de Colonização e Reforma Agrária-INCRA a implantar novos projetos (OLIVEIRA, 2004, p.118-119).

Para isso, era necessário ressignificar a região amazônica, o que os governos militares ditatoriais trataram de fazer, aliado à concretização de obras de infraestrutura marcadas por controvérsias e escândalos.

É a época da construção das rodovias Transamazônica e Belém-Brasília e dos slogans “Integrar para não entregar” e “Amazônia: desafio que unidos vamos vencer”, que teve como auge o governo do presidente Emílio Médici. É a partir dos anos 70 que a Amazônia passa a ser assunto constante na mídia impressa nacional. A partir dos anos 80 o tema conquista de vez a mídia internacional, efeito da politização crescente do discurso ecológico a nível mundial. (COSTA, 2008)

No plano simbólico-discursivo – ancorado no imaginário nacional desde o Brasil Colônia, embora desprovido de homogeneidade, sempre nuançada por interesses vinculados a projetos político-econômicos das elites nacionais – acionou-se a ideia de um “novo eldorado amazônico”. Amplamente divulgada, tanto pela propaganda do governo – no intuito de povoar a região – quanto pela grande mídia, como atestam reportagens de capa publicadas pela Revista *Veja*, sob sugestivos títulos, dentre os quais se pode citar: “A Amazônia à espera dos conquistadores”, chamada de capa da edição 11 de agosto de 1971, cuja reportagem foi intitulada “Amazônia no dia da Criação” (cf. COELHO; JULIÃO, 2008). Tais imagens, amplamente divulgadas, de um lugar desconhecido, edênico, virgem, frutífero para quem estivesse disposto a trabalhar, atraiu número expressivo de migrantes para a região amazônica durante todo o século XX, tendo sido a região do Cone Sul de Rondônia, onde se situa a cidade de Vilhena, um dos polos atratores mais recentes (final dos anos 1970 e início da década de 1980). O discurso dominante sobre o desbravador audacioso e destemido era desconstruído pelas experiências de nordestinos nos seringais, no final do século XIX, e de migrantes de diversas regiões que sofreram nos garimpos ao longo do século XX, mas nada disso impediu que “sulistas” fossem seduzidos pela propaganda de terra (gratuitamente cedida



pelo Estado ou vendida) e pelas promessas de prosperidade no final do século XX. E, “neste período, iniciava-se também a grilagem ou invasão de áreas de terras da União, de fazenda, e de seringueiros, ocasionando várias mortes nas batalhas entre pistoleiros e posseiros” (OLIVEIRA, 2004, p. 118).

A intensidade dos fluxos migratórios, em resposta aos planos e ações do governo federal, impulsionou a construção de rodovias, dentre as quais a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco (cf. PEREIRA, 2007, p. 113). As fontes historiográficas disponíveis referem que a abertura da BR-364 ocorreu ainda nos anos 1950, por iniciativa do presidente em exercício à época, Juscelino Kubistchek e, a partir disso, o processo de colonização adquiriu mais ênfase, embora o ápice tenha sido alcançado durante os governos militares. Vale ressaltar que a abertura da BR-364 seguiu o percurso das linhas telegráficas e de alguns embriões e povoamento, abertos “a facção” sob o comando do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, nos primeiros anos do século XX.

Em razão do exposto, iniciou-se o desenvolvimento agrícola na região (até então marcada pelo extrativismo), impulsionado pelos projetos governamentais de colonização, o que provocou o crescimento das vilas já existentes e também o surgimento de mais aglomerados populacionais, resultando na formação de novos núcleos urbanos (cf. OLIVEIRA, 2004). Por isso, na década de 1970, ocorreu o que se considera o mais expressivo período migratório do Estado. Sobre isso, Oliveira (2004, p.126) aponta que, “durante as décadas de setenta e oitenta, do século XX, a população rondoniense aumentou de 111.064 habitantes em 1970 para 491.069 habitantes em 1980 e chegou a 1.132.692 habitantes em 1991. E, de acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população atual do estado de Rondônia configura-se em torno de 1.562.409 habitantes, num estado que possui área total de 237.590,864 Km² e densidade demográfica de (6, 58 hab/km²) em 52 municípios.

Os 1980 foram época de estruturação do Estado, com a povoação expressiva de sulistas – ao sul de Rondônia – e nordestinos – ao norte do Estado. Conforme referido, diversos municípios de Rondônia nasceram e se desenvolveram a partir das obras da rodovia, como é o caso de Vilhena, situada na porção sudeste do estado de Rondônia, próxima à fronteira com o norte de Mato Grosso distante, aproximadamente, 700 quilômetros tanto de Porto Velho quanto de Cuiabá. A região, conhecida como Cone Sul de Rondônia, é marcada pela exploração agrosilvopastorial (cf. FIERO, 2010).



Vale pontuar que, mesmo com o sucesso do empreendimento governamental de povoamento da região e dos discursos sobre a Amazônia como riqueza nacional, as estratégias de poder, tanto no plano político como no simbólico-discursivo hegemônico, desenvolveram-se no sentido de manter tais áreas “periféricas e marginalizadas” (SILVA, 2006), vítimas de “preconceito geográfico” (ALBUQUERQUE JR, 2007), sobretudo se o foco de abordagem centrar-se na realidade das trabalhadoras rurais.

A contextualização feita até este ponto foi necessária para delinear o cenário onde se inscreve a pesquisa cujos resultados parciais são aqui apresentados, pois as questões de gênero e a mobilização político-social não podem ser estudadas de modo desespacializado, ou melhor, desterritorializado mas, ao contrário, devem ser observadas no “espaço efetivamente vivido” (cf. SOJA, 1993) pelos sujeitos. Assim, a argumentação desenvolvida considera que as mulheres herdaram, erigem e vivenciam suas subjetividades de modo situado, em lugar que tem história demarcada pelas relações de poder, que se intercalam à experiência de gênero dos indivíduos, através de experiências, valores, símbolos, normas, sanções e, por que não dizer, preconceitos. Isto parece tornar-se superlativo no contexto das lutas dos trabalhadores rurais no Brasil. E, ainda mais, no que se refere às lutas das trabalhadoras.

Nesse sentido e para tentar cumprir um dos objetivos específicos no projeto de pesquisa, a saber, “apurar a existência de mobilização política de mulheres na área sob foco, no que concerne às representações sociais e da mídia sobre as relações de gênero, vinculadas ou não ao Programa Território de Cidadania”, apresenta-se, doravante, o percurso teórico-metodológico desenvolvido para abordar a questão.

Do ponto de vista teórico, após leitura e discussão de textos e livros científicos da área dos Estudos Contemporâneos sobre Gêneros e Feminismos e considerando aspectos peculiares a esta pesquisa, optou-se por adotar a noção de “transversalidade de gênero” (cf. ZANOTTA, 1998), segundo a qual as questões de gênero devem ser estudadas na relação com outros aspectos da vida social como classe, etnia, geopolítica, região, aspectos horizontais, também denominados intersetoriais (cf. MATOS, 2010). Isso reflete o amadurecimento dos estudos sobre a questão, que passaram a considerar que a categoria “mulher” envolve orientações essencialistas e universalistas pouco produtivas para a compreensão efetiva da realidade social sendo, portanto, necessário, refiná-la como parte do aparato analítico necessário para tal compreensão. Em que pese a importância de questões de ordem horizontal, ao se refletir sobre cidadania, não se pode prescindir da observação de relações de ordem vertical, evidentemente.



Tal refinamento do olhar sobre a questão de gênero é tributário da tentativa de minimização do debate polarizado entre políticas e lutas por igualdade ou diferença e o campo político do feminismo e da cidadania, alcançada em termos pelos estudos estadunidenses sobre a politização das diferenças na esfera da cidadania, que procuraram abordar as reivindicações, pelos movimentos sociais, de um lugar na esfera pública heterogênea, marca da contemporaneidade (cf. ZANOTTA, 1998). Isto significa que as agendas reivindicatórias dos movimentos sociais de mulheres devem estar em simbiose com as reflexões teóricas sobre a questão, tanto no que se refere a contextos locais/regionais quanto nacionais e transnacionais (cf. MATOS, 2010). Tal articulação já vem sendo feita no interior dos estudos contemporâneos vinculados ao “campo feminista de gênero” (cf. MATOS, 2008), sobretudo pelo esforço de se desenvolver metodologia apropriada, considerando os delineamentos concretos e idiossincráticos de democracia de que cada sociedade dispõe e, inclusive, ultrapassando esta questão, rumo ao estabelecimento de novas propostas no âmbito das chamadas “teorias da justiça”, conforme justifica Matos (2010, p. 69), ancorando-se em Miguel (2005), segundo quem, na interpretação da referida autora, a “preocupação corrente de multiculturalistas e de distintos teóricos da diferença seria a de produzir, não uma teoria democrática, mas uma teoria da justiça. É justamente a este deslocamento que parte importante das teorias feministas dedica-se contemporaneamente.”

Nessa perspectiva, levantam-se argumentos sobre os paradigmas da redistribuição e do reconhecimento, que polarizaram as discussões no campo dos estudos de gênero durante muito tempo. A agenda das lutas e movimentos feministas incorpora não apenas problematizações em torno das relações de gênero especificamente, mas solidificam reivindicações no que diz respeito ao direito de participação política efetiva, o que significa luta por direitos (reconhecimento), mas também por poder (redistribuição não apenas de renda, mas participação oficial nas instâncias institucionais). Na tentativa de elucidar tais questões, circunscritas não apenas às lutas de mulheres, mas aos movimentos sociais e de minorias em geral, atravessando-as, Moura (2009) defende a necessidade de “entender os diversos processos de reconfiguração da esfera política, que vêm acontecendo nos últimos anos [no Brasil], e que colocam novos atores no debate sobre as políticas públicas, fazendo com que as organizações da sociedade civil desempenhem um novo papel ativo na representação política.”



Tal reconfiguração resultou de conquistas dos movimentos populares, cuja atuação, especialmente no cenário dos anos 1980, possibilitou a efetiva abertura de canais de participação política (cf. GOHN, 2003). Em que pesem tais conquistas e para além delas, é necessário conduzir o questionamento pelos prismas epistemológico e empírico, no que diz respeito à própria noção de representação política, para além das formas de participação direta da sociedade civil. Isso significa expandir o conhecimento sobre representação, considerando as singularidades, a composição diversificada dos grupos sociais e os fatores contextuais abrangidos pelas lutas e reivindicações.

Autoras como Young, Fraser e Phillips, embora discordem em ampla medida sobre diversos pontos, convergem na defesa do argumento segundo o qual para que haja justiça social e paridade efetiva “da sociedade civil nos novos espaços de participação social é preciso pensar a representação como uma atividade e uma relação social (YOUNG, 2006), que consiste na conexão entre representante/representado ao invés de uma substituição [como ocorre no sistema de representação democrática de modelo liberal” (MOURA, 2009, p.16). Por essa perspectiva, entende-se como seminal o estabelecimento de articulações entre sociedade civil organizada e Estado, com participação física dos grupos excluídos nas esferas do poder decisório, pois “os movimentos sociais são formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos (...) [e] visam a realização de um projeto de mudança” (SCHERER-WARREN, 1997, p. 14).

Tal mudança deve ser concretizada não por certo sentido de homogeneização a partir de supostas identidades entre indivíduos e programas (paradigma da igualdade), mas pela asserção da pluralidade de diferenças, o que encetaria uma complexificação das formas de participação, ancorada na ideia de múltiplas e heterogêneas esferas públicas. Na Teoria Política Contemporânea, tal posicionamento teórico e político-social é conhecido como “Projeto de Politização das Diferenças”, definido da seguinte forma: “representação direta de sujeitos coletivos e criação de uma dimensão estrutural para enfrentar o problema das desigualdades, ou seja, por meio institucional. O combate às desigualdades com base em gênero deve ser realizado a partir da própria esfera institucional (cf. TOSOLD, 2010).

No caso em foco neste paper, relativo à situação das mulheres trabalhadoras rurais mobilizadas do Estado de Rondônia, restam muitas conquistas, assim como em todo o Brasil. No entanto, é necessário considerar as peculiaridades de cada localidade, regionalizando-se a discussão pois, talvez devido às formas de colonização, às ondas



migratórias e à criação recente do Estado, a situação em Rondônia seja ainda mais precária se comparada com outros Estados e regiões do país. No que concerne às relações entre gênero e participação política no contexto rural, Rua e Abramovay (2000, p. 255) referem que “participar expressa a busca de autonomia e pode envolver tanto posições de enfrentamento, como de colaboração e composição de interesses. Ou seja, a participação é sempre de natureza política.” Política que tem uma história de lutas, pois “a demanda pela terra no Brasil é um fenômeno antigo”, conforme apontam Rua e Abramovay (2000, p. 44), para quem

A reivindicação organizada, assumindo a forma de luta pela terra, também não é recente, e não acontece simultaneamente em todas as regiões do país. É possível identificar pelo menos dois períodos marcantes na sua história: o primeiro, que ocorre durante a década de 1950 e 1960 com as Ligas Camponesas; e o segundo, já a partir dos anos oitenta, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A mobilização autônoma dos trabalhadores no campo passa pela institucionalização, mais especificamente pela sindicalização. Em 1964, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), “formada por sindicatos de trabalhadores rurais e federações estaduais que compunham o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), [que] foi, em 1964, a primeira entidade nacional representativa do setor reconhecida oficialmente.” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 44-5). Giuliani (2010, p. 652) define “as organizações sindicais como estruturas de caráter relativamente estável, produtoras de códigos de conduta, mediadoras entre as relações de trabalho e instituições democráticas.” No que diz respeito à questão de gênero, a autora assinala dissimetrias entre reconhecimento e possibilidades de atuação em cargos de destaque, afirmando que

Em muitos casos, mesmo quando é reconhecida a importância da mulher, mesmo quando é reconhecida como militante ativa, sua candidatura nas diretorias do sindicato é discutida como um acontecimento impróprio que extrapola as atribuições naturais das mulheres. É como se sua inclusão na representação política fosse um passo além dos limites de suas responsabilidades doméstico-familiares e invadissem um território considerado ainda dos homens. (GIULIANI, 2010, p. 654-5).

Na verdade, não deveria ser uma questão de “inclusão na representação política”, mas a assunção de uma esfera diferenciada e peculiar no interior da luta e de cada sindicato. Em Rondônia, os sindicatos de trabalhadores rurais são, em geral,



presididos por homens, sendo as mulheres responsáveis por secretarias específicas de mulheres.

No intuito de adentrar na perseguição do objetivo específico acima citado do projeto de pesquisa do qual este paper faz parte como resultado parcial, realizamos pesquisa exploratória pelos sítios de entidades ligadas ao segmento em foco. Após isso, fizemos contato, por meio eletrônico, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO), mais especificamente com o Vice-Presidente e Secretário de Política Agrária, Fábio Assis de Menezes, que repassou o contato da Secretária Estadual de Mulheres, Izabel Soares Lopes Oliveira, também contatada por via eletrônica. Exposta a proposta da pesquisa, a representante prontamente se disponibilizou, informando a data do Encontro do Coletivo de Mulheres do GT da Terra que, no dia 20 e março de 2012, reunir-se-ia para avaliar as atividades realizadas pelas representantes nos municípios de Rondônia no Dia Internacional da Mulher, oito de março. Outros dois dias seriam destinados a reuniões do Conselho Deliberativo da FETAGRO. Foi solicitado acesso à reunião, prontamente liberado, para aplicação de questionário.

Passou-se, então, à elaboração do questionário, cuja orientação foi oferecida pelo material teórico lido e discutido ao longo de mais de um ano nas reuniões semanais no projeto de pesquisa. A elaboração, portanto, não teve como ponto de partida conhecimentos empíricos sobre o grupo em questão, o que refletiu negativamente na quantidade e na qualidade dos dados obtidos, conforme exposto abaixo. Foram construídas cinco perguntas fechadas e duas perguntas abertas, além de um campo referente aos dados pessoais (questões sobre fatos, cf. GIL, 1999) e de um campo destinado à inserção opcional de contato telefônico ou eletrônico, em caso de interesse em ceder futura entrevista. As perguntas centraram-se em questões sobre atitudes e crenças e comportamento (cf. GIL, 1999). No que diz respeito aos tipos de amostragem, o trabalho conduziu-se por pesquisa não-probabilística, por acessibilidade ou conveniência, definido por Gil (1999, p. 104) como aquele que “o pesquisador seleciona (...) [conforme possibilidades de acesso] admitindo que estes [sujeitos presentes] possam, de alguma forma, representar o universo.” Ainda conforme Gil (1999, p. 133-4), procurou-se incluir “apenas questões relacionadas ao problema pesquisado”, elaboração de perguntas “claras, concretas e precisas”, consideração sobre “o sistema de referência do interrogado, bem como o seu nível de informação”, perguntas não sugestionáveis, o que não se revelou de todod eficiente, como explicitado adiante.



No dia do encontro, as mulheres representantes de cada município foram reunidas no salão igreja do Centro de Formação Padre Ezequiel, na cidade de Cacoal/RO, a partir das 13 horas. Todas se apresentaram, pois muitas eram novatas no cargo, incluindo a pesquisadora, professora Lilian Reichert Coelho que, como as demais, se apresentou pessoal e profissionalmente, explicou o motivo da presença e esclareceu sobre a aplicação do questionário, enfatizando que havia total liberdade na opção por responder ou não. Após as apresentações, a Secretária Estadual de Mulheres da FETAGRO, Izabel Soares Lopes Oliveira, procedeu à exposição dos itens da pauta, centrada na avaliação das atividades do Dia Internacional da Mulher em cada localidade, conforme mencionado acima. Antes de adentrar nos relatos individuais, Izabel solicitou que fosse aplicado o questionário, distribuído a cada uma das vinte e duas participantes.

As presentes solicitaram leitura e explicação da pesquisadora sobre os objetivos de cada questão, pois muitas alegaram não terem compreendido bem o que deveriam fazer. Os devidos esclarecimentos foram feitos pela pesquisadora. Estavam presentes representantes de diversos municípios de Rondônia, sobretudo dos menores, a saber: Pimenta Bueno, Nova Mamoré, Ji-Paraná (Linha 86/Projeto Riachuelo), Seringueiras, Costa Marques, Nova União, Governador Jorge Teixeira, Presidente Médici, Urupá (duas representantes), Novo Horizonte, São Francisco do Guaporé, Alvorada D'Oeste, Theobroma, Rolim de Moura, Cerejeiras, Jaru, Corumbiara, São Miguel, Ouro Preto D'Oeste, duas não declararam.

Após responderem e entregarem os questionários, as mulheres presentes solicitaram mais informações sobre a pesquisa e a forma e participação da pesquisadora na reunião que, antes, tinha sido pensada como observação simples (cf. GIL, 1999, p.111-2), mas enveredou pela técnica da observação participante artificial (cf. GIL, 1999, p. 113), por não ser a pesquisadora membro natural daquele grupo. As mulheres manifestaram curiosidade sobre o fato de a pesquisadora ser jornalista e docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia, cuja existência a maioria declarou desconhecer. Elas perguntavam como a universidade, por intermédio do curso de Comunicação Social, poderia ajudá-las na conquista de direitos sociais. Muitas abordaram a questão, que parecia central na discussão sobre gênero, da impossibilidade, pelo menos em nível estadual (por gerência da Agência da Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON), de portarem titularidade de posse de terras e bens quando do falecimento ou ausência de companheiro do sexo



masculino. Uma das presentes relatou que não pôde vender uma rês para arcar com os custos do enterro do esposo, tendo sido obrigada a levantar fundos junto a familiares e amigos. Depois, para continuar “tocando” a vida, foi obrigada a registrar os bens em nome de um filho do sexo masculino, que lhe repassou uma procuração.

Diante de tantos questionamentos, sobre temas que a pesquisadora desconhecia, por serem relativos a outras áreas sociais e do conhecimento, foram expostos os objetivos da pesquisa em andamento e os objetivos futuros e foram relatados também, superficialmente, os resultados do apanhado já realizado no projeto sobre a representação midiática local/regional das mulheres. Foi exposto o resultado da abordagem sobre a representação da mulher rondoniense na mídia televisiva, já publicado por Conde e Coelho (2012), além de resultados preliminares de análises que estão em processo sobre o mesmo tema e recorte nas mídias impressa (por Lilian Reichert Coelho, Luciano José de Queiroz Carvalho e Larissa Cristina Pereira Ruas), radiofônica (por Evelyn Iris Leite Morales Conde) e digital (por Daiani Ludmila Barth). O relato suscitou muito interesse e discussão, além de ter provocado narrativas de experiência de vida das mulheres presentes à reunião. Contatos foram estabelecidos, a fim de propiciar futuros projetos em parceria, como capacitação das mulheres mobilizadas para divulgação de suas ações na mídia, eliminando a invisibilidade, e realização de oficinas (no formato de atividades de extensão universitária), a fim de que possam gerir meios próprios de comunicação e divulgação das ações, tanto entre as companheiras como em relação à sociedade como um todo e aos órgãos públicos.

Sobre as respostas oferecidas nos questionários, observa-se que a maioria (20 de 22) entende haver mobilização política pelas mulheres de Rondônia, mas 16 consideram que poderia haver mais. Disso depreende-se que as respondentes consideraram as próprias experiências, tendo sido até contraditórias, pois muitas expuseram casos de mulheres trabalhadoras rurais que têm vergonha de se dedicarem a trabalhos manuais no ambiente doméstico (como a produção de peças em crochê, tricô e outros) e oferecem resistência à formação de associações e cooperativas. Além disso, elas próprias apontaram dificuldades para a sua atuação no que diz respeito à conquista de direitos sociais (no âmbito do reconhecimento), narrando episódios de preconceito por pessoas que procuram o sindicato até para obter informações sobre o Dia da Mulher, mas não as aceitam como representantes legítimas, insistindo em falar com o presidente, em geral, um homem.



Foi solicitado, no questionário, que avaliassem a qualidade das políticas públicas direcionadas às mulheres, ao que a maioria (16) respondeu ser “razoável”. Sobre acesso aos meios de comunicação, cinco responderam que “sempre” têm, enquanto seis assinalaram “frequentemente”, oito “raramente”, três não responderam. Dos meios de comunicação de acesso mais fácil e frequente, com possibilidade de assinalarem múltiplas opções, 17 responderam “rádio”; 16, “televisão”; 2, “internet”, 2 responderam “mídia impressa” e 1 não marcou nada. As mídias eletrônicas, portanto, têm mais penetrabilidade junto a essa população, aferição que permite orientar a condução de etapas futuras previstas no projeto de pesquisa, que apresenta como metas, dentre outras:

- Realizar oficinas, com o objetivo de dialogar sobre as representações midiáticas convencionais sobre a mulher da região abrangida pelo Território de Cidadania Central/Ji-Paraná/Rondônia, com vistas ao preenchimento do Objetivo Específico IV do item VIII do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, sintetizado como “Contribuir para ampliar o controle social sobre a veiculação de conteúdos discriminatórios na mídia em geral” (2008, p. 27);
- Contribuir para o empoderamento das mulheres nos âmbitos cognitivo, social e comunicacional, via oficinas de análise crítica da mídia e discussões em grupo.

Sobre as questões abertas, subjetivas, a maioria (18) identificou como abordagem predominante na mídia nas matérias que tematizam mulheres a violência. As respondentes avaliaram que o modo de tratamento da mídia sobre mulheres é, em geral, negativo, pautado por “violência”, “discriminação”, “preconceito racial”, “escravidão”, “difamação”, “machismo”, invisibilidade (baixa cobertura da Marcha das Margaridas, dos talentos das mulheres, de políticas públicas em nível municipal e estadual, das ações das trabalhadoras rurais).

Uma semana depois, na reunião do projeto de pesquisa, foram socializados os questionários e a pesquisadora relatou a experiência, o que suscitou muito interesse por parte de todos os presentes, que se disponibilizaram para futuros projetos que envolvam esse grupo, tanto de pesquisa quanto de extensão e produção de produtos jornalísticos que possam auxiliar na divulgação das ações do grupo em tela.

De todo o exposto e do percurso científico traçado até o momento, já que este paper se concentra na partilha de resultados parciais da pesquisa, depreende-se que o apanhado e a discussão de material bibliográfico antes de partir a campo foram fundamentais para ampliar os conhecimentos dos membros da equipe executora do



projeto, sobretudo no que tange às conceituações de gênero, democracia, participação político-social e políticas públicas. Do ponto de vista da etapa empírica, em andamento, percebeu-se que a aproximação inicial com o grupo em análise ofereceu novas perspectivas para o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas no projeto e também permitiu reconhecer a importância da real inserção da universidade no contexto social local/regional, além da quantificação da penetrabilidade da mídia convencional junto a setores politicamente mobilizados da população no Estado de Rondônia.

A partir do projeto de pesquisa, foi proposto o projeto de extensão intitulado Gênero, Mídia e Políticas Públicas, a ser ministrado pela Profa. Lilian Reichert Coelho entre maio e julho de 2012, com a finalidade de refinar conhecimentos dos profissionais e estudantes de comunicação de Rondônia acerca das questões de gênero e suas intersectorialidades, capacitando-os para intervir ativamente no processo de avaliação e monitoramento dos enquadramentos conferidos pela mídia hegemônica às políticas públicas, especialmente aquelas centradas nas questões de gênero e suas transversalidades, tendências no cenário contemporâneo.

A pesquisa bibliográfica sobre o tema revelou a necessidade de abordagem crítica das questões ligadas às minorias e à implementação e aplicação de políticas públicas, que revelam conquistas históricas e políticas da sociedade civil organizada em vinculação direta com o Estado. Tal relação, embora necessária e característica da sociedade contemporânea, permite observar umas das contradições das novas formas de mobilização social, marcada pela existência de ações de caráter efetivamente emancipatório e transformador, ao lado de outras, pautadas pela integração e pelo conservadorismo ou mesmo das duas formas num mesmo movimento social que luta por um lugar junto às instâncias de poder decisórias. Quando isso ocorre, costuma fragmentar as lutas, favorecendo o *status quo*.

A observação participante realizada junto ao Coletivo de Mulheres permitiu compreender que os agentes do Estado, muitas vezes, se valem da atuação de sindicatos e das comissões de mulheres nos municípios de Rondônia para propagandear seus próprios agentes e ações, como ocorreu em diversas localidades no Dia Internacional da Mulher, conforme relatado na reunião. Em geral, as secretarias ou comissões de mulheres organizaram comemorações ou manifestações reivindicatórias para o dia oito de março de 2012 e representantes do poder público (prefeitos, primeiras-damas, secretários de agricultura e de outras pastas) tomaram a palavra para falar



exclusivamente de si, impedindo que as mulheres representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais se manifestassem.

É este o cenário que a pesquisa empírica permitiu delinear e, dadas as condições, reforça-se a necessidade de tratamento da questão por viés crítico, a fim de dinamizar as discussões sociais e acadêmicas e, de fato, promover o desenvolvimento de análises sobre as realidades local, regional e nacional. Do ponto de vista da comunicação, observa-se que os novos sujeitos sociopolíticos (cf. GOHN, 2010) entram em cena na contemporaneidade, mas são logo vítimas de tentativas de cooptação por agentes externos ou descaracterizados pela mídia convencional/de referência. Isto posto, vale ressaltar a importância de se observar de que modo as políticas públicas centradas nas questões de gênero se aplicam na sociedade de se orientam para a mídia. Este é o objetivo da próxima etapa da pesquisa, direcionado para a análise do Programa Federal Território da Cidadania no Estado de Rondônia e sua articulação com as trabalhadoras rurais já mobilizadas na luta pela cidadania no contexto local/regional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

COELHO, Lilian Reichert; JULIÃO, Larissa. O verde como questão política: a construção do discurso ambiental da Revista Veja sobre a Amazônia. Revista **SIGNUM** –Estudos da Linguagem, vol. 11, n.2. Londrina, PR: UEL, 2008.

COELHO, Lilian Reichert; CONDE, Evelyn I.L. Morales. Telejornalismo, Discurso e Gênero: desafios na análise da representação das mulheres rondonienses. **Revista Mutações**. Universidade Federal do Amazonas. Vol. 3, n. 4, 2012.1. Disponível em: <http://www.relem.info/edicoes/ed4/index.html>

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo : Atlas, 1999.

GIULANI, Paola Cappelin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2010.

II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Governo Federal/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2008: Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/Livreto_Mulher.pdf Acesso em 9/10/2010



LIMA, Dermeson de Sousa. Amazônia Sul Ocidental: nas fronteiras (des)territorializantes do capital. ANAIS do V Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Ocidental e IV Colóquio Internacional as Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia. Rio Branco: UFAC, 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1073_Lima_Dermeson.pdf Acesso em 15 de outubro de 2011.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero: um novo paradigma? **CADERNOS PAGU**, n.11, 1998, pp. 107-125. Disponível em: www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/.../pagu11.10.pdf Acesso em 27 de fevereiro de 2011.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista – é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MOURA, Joana Tereza Vaz de. Dilemas da Democracia: a representação política nos novos espaços de participação. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 170-196, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História, desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia**. 4 ed. Porto Velho: Dinâmica Editora, 2001.

RELATÓRIO DA FIERO. Rondônia: economia e desenvolvimento. 2011. Disponível em: <http://www.fiero.br> Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. Em: **Revista da Sociedade Brasileira de Geógrafos**. Vol. 1, n. 1, 2006. Disponível em: http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Arevista.html Acesso em 10/10/2010

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Trad. Vera Ribeiro. Revisão Técnica Bertha Becker; Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de.; GROSSI, Suely Regina Del. A regionalização do espaço amazônico: o caso de Rondônia. Em: **Revista da Católica**. Uberlândia, MG. Vol. 2, n. 3, 2010. Disponível em: www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/.../10-Geografia.pdf Acesso em 11/10/2010

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA – Integração de Políticas Públicas para reduzir desigualdades. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, março/2009. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community> Acesso em 21/03/2012



TOSOLD, Léa. Do problema do essencialismo a outra maneira de se fazer política: retomando o potencial transformador das políticas de diferença. In: **Mediações** – Revista de Ciências Sociais. Publicação do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. Vol. 15, n.2, 2010.2. Londrina, PR: Midiograf, 2010.